

A ESCRITA DE UMA REVOLUÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE ALÉXIS DE TOCQUEVILLE E JULES MICHELET

ELISA ROUBERT LAGE DOS ANJOS
E JULIANA WERNECK MACHADO*

INTRODUÇÃO

“A Historiografia é: 1) uma filosofia ou metodologia aplicada da História: modos de fazer, concepções sobre o fazer, exemplificados; 2) o conjunto das obras históricas produzidas numa época ou num país; 3) o estudo sistemático de um historiador, escola de historiadores ou época (ou local) da produção histórica, buscando estabelecer padrões de explicação ou compreensão” (CARDOSO, 2005: 115)

A Historiografia é a arte de escrever a história, é a escrita histórica. Ao longo dos anos, a historiografia sofreu diversas modificações e descobertas. A partir do século XIX, mais especificamente na França, a escrita histórica teve um novo impulso: a “descoberta do novo”. Em meio ao domínio de uma escrita positivista, a história tentava fundamentar bases para ser uma disciplina, em meio a tantas “lutas” para ser reconhecida. A partir do século XIX ganhou uma nova postura metodológica: como um problema social, os vínculos de classe. Weber citou que não existia uma verdade absoluta: a produção histórica possuía diversas verdades, as quais eram diferenciadas pela visão de mundo, pela visão sobre a história, uma espécie de ângulo de estudo. No século XX, surgiu a Revista dos Annales que “revolucionou” a historiografia, não só a francesa, mais principalmente ela. Com os Annales, deu-se lugar a perspectivas culturais, políticas, sociológicas, econômicas: surge uma perspectiva para o estudo das mentalidades. Anos depois, nasce a micro história e assim sucessivamente. Ela abriu as portas para novas formas de se escrever história. A partir de Weber e Marx, o historiador já possui certo subjetivismo na escrita, já possui uma visão diferente, a verdade já não era total e sim parcial.

* Elisa Roubert Lage dos Anjos é licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis e pós-graduanda em História Contemporânea pela Universidade Cândido Mendes.

Juliana Werneck Machado é licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis e pós-graduanda em História Contemporânea pela Universidade Cândido Mendes.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida para o trabalho de conclusão do curso de licenciatura em história. Escolhemos a historiografia porque esta sempre desempenhou um papel muito importante para os homens: ilustrar a história de todos os tempos. Devido a isso, apresenta, inevitavelmente, influências temporais e também ideológicas, pois como diz Ciro Flamarion Cardoso: “O historiador, como homem de sua época, a partir dela interroga o passado” (CARDOSO, 2005: 95). No decorrer das produções historiográficas, diversas polêmicas foram suscitadas e esse é o caso da historiografia em torno da Revolução Francesa. Por ter sido um marco na história, a literatura existente sobre a Revolução Francesa é muito ampla. Diversos são os autores e distintas são as abordagens e Correntes historiográficas sobre ela. Tal variedade não foi uma característica única do século XIX, mas também e, principalmente, do século XX.

Com esse trabalho, buscamos estudar como a historiografia tem abordado e analisado o fenômeno revolucionário francês. Para isso, trabalhamos com dois autores que consideramos de suma importância para qualquer trabalho de análise historiográfica que aborde esse marco da história: Aléxis de Tocqueville e Jules Michelet. A partir desses autores, torna-se importante o estudo e análise dos seguintes pontos: A Revolução Francesa foi uma revolução social e política, visando destruir o antigo regime, ou foi uma revolução pacífica, tendo o povo como seu herói? As suas raízes, suas causas, têm uma ligação direta com o presente ou a revolução não passou de um amadurecimento da França, um processo que já havia se iniciado desde as origens desse país?

VIDA E AS CONCEPÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DE JULES MICHELET

Considerado não só historiador, mas poeta, literário, historiador-filósofo, tradutor e comentador, Jules Michelet interferiu no sentido da produção da escrita histórica, devido às faces advertidas e sua experiência de vida. Nasceu em 1798 em Paris, no decorrer do processo revolucionário francês. Quando jovem, viveu sob o governo napoleônico e com 17 anos presenciou o Waterloo¹.

¹ Batalha entre franceses, britânicos, russos, prussianos e austríacos nas proximidades da aldeia Belga de Waterloo, no dia 18 de junho de 1815.

Seu pai era um pequeno tipógrafo que vivera “miseravelmente” arruinado por Napoleão. Sua mãe faleceu em 1814 quando seu pai decidiu lhe enviar para estudar em *Lyceé Charlemagne*. Começou a escrever seus primeiros livros antes mesmo de se formar em letras, 1817, quando também começou a lecionar. Nomeado diretor do setor de história dos Arquivos Nacionais da França, em 1830 percebeu a importância da pesquisa baseada nos documentos para os estudos históricos. Devido a sua recusa ao juramento de Napoleão III, Michelet perdeu a cátedra na Universidade; foi destituído do cargo de arquivista e viveu pobremente até sua morte. A sociedade em que Michelet vivia, mais especificamente no *Charlemagne*, fez com que ele descobrisse que a igualdade não era para os pobres. Tentou se adaptar e se encaixar em uma sociedade cheia de prividades para os mais abastados.

Michelet foi republicano, defendendo os princípios de *libertè, égalitè e fraternitè*, possuindo aversão ao despotismo, condenando a instituição religiosa devido às injustiças que a mesma havia cometido no período medieval. Seu anti-cristianismo é representado em suas obras com muita clareza, devido às atitudes tomadas e as crenças pregadas pela Igreja no período do medievo.

Sua escrita foi influenciada pelo movimento romântico, pela escrita de Vico e por sua vivência. A escrita histórica dos românticos estava sempre envolvida de paixão, drama e emoções, dando ênfase às tradições, cultos populares e linguagens antigas em seus estudos.

“O procedimento do Michelet romântico em face desta concepção mística do passado... era muito semelhante ao processo de escrita do romance histórico: a narrativa sensível, detalhada, forte, dramática – feita para captar a intensidade da vida real”. (SALIBA, 2003: 369)

Vico influenciou Michelet principalmente através da obra *A Ciência Nova*; suas ideias foram difundidas pelo mundo através do direito, da história e da literatura e não só pelos artistas franceses, mas também pelos alemães que identificaram em Vico reinterpretções revolucionárias do passado clássico, antecipados dos eruditos Wolf e Niebuhr. (BURKE, 1997:15-17)

Alguns historiadores como Peter Burke e Isaiah Berlin consideravam Vico como mestre de Michelet e até mesmo o próprio Michelet o intitulava como seu mestre. Apesar de não ter feito das obras de Vico a base de sua produção historiográfica, não podemos negar a força de sua influência nos seus escritos. *A Ciência Nova* de Vico influenciou a

reflexão historiográfica de Michelet, principalmente na questão poética literária. Em sua obra *Princípios da Filosofia da História*, Michelet tratou das questões da escrita e produção histórica a partir da teoria de Vico. A *Ciência Nova* ajudou Michelet a enxergar a História a partir da reflexão do homem com base nos documentos, ausentando o método positivista de sua escrita histórica, o que estava presente também na medida em que Michelet escrevia a história a partir dos costumes e tradições populares, conhecimentos da vida, valorizando os detalhes do cotidiano popular.

Na busca para uma base metodológica histórica, Jules Michelet, que discordava dos métodos positivistas-factuais, após encontrar-se com a *Ciência Nova*, nota a existente possibilidade e continuidade de um saber histórico, divergente do método predominante no período.

A narrativa de Michelet não envolvia somente a política, mas também a arte, a religião, o direito, o idioma, os costumes. Ele buscava fazer uma pesquisa ampla, procurando em gravuras e pinturas do Museu do *Louvre* as fontes para lhe ajudar a reviver a história dos homens do passado. Foi chefe de divisão histórica dos Arquivos Nacionais de Paris, o que lhe permitia certa facilidade em ter contato com a documentação, que, presente em suas obras, diferenciava sua escrita de um romance histórico. Foi considerado historiador romântico, devido à forma de trazer à vida os homens do passado, com drama e emoção. Foi considerado poeta, pelo seu estilo de narrativa, em sua obra *Bíblia da Humanidade* na qual nota-se a presença da forma poética e de contos e “histórias”² do período narrado durante todo o decorrer do livro.

Em suas obras é fácil confundir história com contos populares, assim como ocorre no livro *A Feiticeira*, que traduz a vida da mulher durante o período medieval, a partir também das tradições e dos contos populares, principalmente os que envolviam a relação mulher/diabo e a sua busca por uma “libertação”³ do homem feudal. O texto em questão menciona a figura da bruxa como fruto da repressão extrema dos camponeses, principalmente por ser mulher.

² Contos populares.

³ No sentido de não pertencer ao homem que não seja seu esposo, pois no Livro *A Feiticeira*, Michelet trata com contos, nos quais a mulher do vassalo servia ao senhor feudal também, como forma de distração e proveito. A feiticeira surge a partir da influencia do diabo sobre a revolta da mulher camponesa por ser utilizada como “objeto” do homem fora de sua casa.

No final do século XIX, Michelet legitima-se como historiador do povo, pois em sua obra busca “ressuscitar” a nação francesa. Para ele, o povo faz a força e a fraqueza dos regimes. Michelet conta sua vida, sua história ligada à história da França e legitima o povo como figura principal da história e das mudanças sofridas na França no período revolucionário. “E eu, que saí dele, eu que vivi com ele, que trabalhei e sofri com ele, que mais que ninguém adquiri o direito de dizer que o conheço, venho opor a todos a personalidade do povo” (MICHELET, 1988:08).

“Michelet nos explicou que a” ideia de escrever uma história da França ocorreu-lhe nos dias da revolução de 1830-isto é, no primeiro dos grandes momentos em que ocorreu o risco de se levar as coisas além da ordem burguesa- e a sua missão foi a de oferecer-nos uma visão pessoal da nação – a realidade atual não seria mais que a forma adulta de um “ser nacional francês” que havia existido desde a origem dos tempos, adornada com uma retórica vitalista que lhe permite oferecer um falso marco totalizador e sustentar que o seu programa como historiador é “a ressurreição da vida íntegra”. (FONTANA, 1998: 23)

Para Michelet, a história da França foi uma luta constante entre a liberdade e a necessidade, sendo fundamentado na bondade inata do homem. Para explicar tais questões, Michelet vai buscar na Idade Média a inspiração para falar da França pré-revolucionária, as raízes da nacionalidade, trazendo a estudo os tesouros, mitos, lendas e poesias que compunham parte de uma cultura desprezada e maltratada. Descreve como o cristianismo agiu durante o medievo, como cometeu uma série de injustiças e pecados, tornando-se, assim, um símbolo da injustiça. Comenta a questão de que durante a Idade Média a Igreja possuía bens e funções, como amor, fé, caridade, apadrinhamento do pobre, esmolas: os quais os bens ela conservou e suas funções com a sociedade ela passou para o poder leigo. “O embaraço foi grande quando o cristianismo, com essa doutrina oposta à Justiça, foi chamado a governar, a julgar o mundo, quando a jurisprudência desceu de seu pretório e disse à nova fé “Julgai em meu lugar”” (FONTANA, 1998: 23). Michelet condenou o Cristianismo e contemplou a revolução como nova e futura religião dos homens livres.

A revolução seria o símbolo da reconstituição das leis e da sociedade, marcando um novo período, fundamentando a lei e a justiça dos homens e rompendo com o Antigo Regime. A revolução inaugura um novo mundo, que possui bases na lei e na justiça dos homens.

O autor tece a história da França a partir do comportamento popular ao longo da história. Para ele o privilégio se encontra de um lado e o direito de outro e para ele o direito do povo era transformar o Terceiro Estado, que representava o advento da lei, em Assembleia Nacional, que nasce para “substituir” a religião, como uma mãe para o povo: soberana, dando impulso a revolução, tornando-a irreversível. Neste momento que a revolução toma força e o rei tem a chance de se unir ao povo, porém se une a nobreza. Michelet diz que a partir do momento que o rei outorgou o direito do voto ao povo, ele sucumbiu e suprimiu qualquer tentativa futura de impedir sua queda ou a revolução.

A convocação dos Estados Gerais foi o nascimento e o estopim da revolução, porque foi o momento em que o povo ganhou “voz ativa” no país; a Tomada da Bastilha representou um “ato de fé” coletivo, o qual não foi proposto por ninguém, porém todos realizaram tal ato: “A história voltou naquela noite, uma longa história de sofrimentos, no instinto vingador do povo” (MICHELET, 1989: 155); representou o enfrentamento entre dois mundos, o Antigo Regime e o Novo (povo), como uma prisão do pensamento, na qual sua queda representaria a vitória do povo contra a anarquia social, contra a arbitrariedade, o despotismo e a inquisição eclesiástica e burocrática. No dia 14 de julho a liberdade nasceu e a pureza opôs-se a má consciência que estava encarnada e marcada na Bastilha.

ALEXIS DE TOCQUEVILLE E A HISTORIOGRAFIA REVOLUCIONÁRIA

Aléxis de Tocqueville nasceu em 1805, no seio de uma família aristocrática, uma família tradicional da nobreza normanda, pouco após o Terror da Revolução Francesa. Viveu durante o período em que se deu a restauração da monarquia, a Revolução de 1848 e a Segunda República. Estudou Direito em Paris e, em 1839, consegue entrar na Câmara dos Deputados, chegando a participar da revisão da Constituição Republicana. Em sua obra, atribui um caráter prioritário à democracia. Tocqueville se consagrou na história por ser um homem dedicado ao estudo da democracia moderna, às letras e por ser um grande historiador do Antigo Regime.

“Seria um equívoco se o grande sucesso literário de Tocqueville e sua consagração acadêmica como sociólogo e historiador obscurecessem o fato permanente de que a política era o maior motor de sua vida. Entristecia-se quando se afastava dos negócios públicos cada vez que sua saúde o obrigava

ao repouso [...] A atividade política permaneceu sempre o ponto de partida das suas indagações e tudo o que lia e escrevia o fazia com os “olhos do cidadão”, na expressão de Seymour Drescher, ou, o que me parece mais adequado, com os olhos de estadista” (JASMIM, 2005:35).

Quando Tocqueville escreveu *O Antigo Regime e a Revolução*, seu objetivo era descobrir as origens da Revolução Francesa a partir do Antigo Regime, procurando dessa maneira “reencontrar e reconstruir o verdadeiro estado da velha sociedade francesa” (TOCQUEVILLE, 1979:31). Além disso, Tocqueville buscava compreender o motivo que impulsionou à eclosão da Revolução, o porquê dela ter acontecido mais cedo na França (em relação aos demais países europeus) e o que levou a uma queda tão rápida da monarquia francesa.

A Revolução Francesa é comparada a um monstro que vai se revelando aos poucos. Quando surgiu, não causou grande impacto, já que parecia um movimento sem importância, normal de acontecer no seio de toda sociedade. Porém, com o decorrer do tempo, a sociedade francesa se vê completamente modificada. Tocqueville considera a revolução como possuidora de um caráter anárquico, já que, de acordo com ele, a revolução buscava “apagar as tradições, renovar os costumes e os hábitos e esvaziar, de certa maneira, o espírito humano de todas as ideias sobre as quais se assentavam até então o respeito e a obediência” (TOCQUEVILLE, 1979:56).

Tocqueville tentou reconhecer em sua obra maior número de causas da Revolução Francesa e, destas, quais as que poderiam ser apontadas como as mais profundas, o que o levou a acreditar que a Revolução Francesa foi “a consequência, o termo de um movimento social e político que teve seu início nas próprias origens da pátria” (TOCQUEVILLE, 1979:37). A partir disso, Tocqueville consegue claramente expressar que aquilo que era considerado resultado e/ou conquista da Revolução Francesa já existia no Antigo Regime.

Os franceses não queriam repetir nada do passado no período pós-revolucionário. Entretanto, mantiveram a sua maior característica: a centralização administrativa. Em sua obra, Tocqueville defende a ideia de que a centralização, que era considerada fruto da Revolução, na verdade já existia desde o Antigo Regime. Como diz o autor,

“... a centralização não pereceu com a Revolução porque era o próprio começo e o próprio sinal desta Revolução... A revolução democrática que destruiu tantas instituições do antigo regime tinha, portanto, que consolidar esta unidade, e a centralização encontrava com tanta naturalidade seu lugar na sociedade formada pela Revolução que é fácil entender por que a consideram obra sua” (TOCQUEVILLE, 1979:89).

A semelhança da administração no Antigo Regime com o período revolucionário era bastante perceptível, principalmente no que se refere à hierarquia institucional. Tudo era resolvido a partir de Paris, o que demonstra a preocupação do primeiro ministro em conhecer os detalhes de todos os negócios desenvolvidos no país. Tudo era fiscalizado pelo controlador geral: a quantidade de documentos e relatórios demonstrava a enorme burocracia existente e, conseqüentemente, grande lentidão no andamento dos processos. Tocqueville tenta demonstrar como a revolução administrativa precedeu a revolução política. Mesmo sem ter acontecido uma mudança na forma de governo, tanto as leis como a administração dos negócios estavam passando por importantes transformações: algumas sofreram modificações, enquanto outras foram completamente abolidas. O ano decisivo para essas mudanças foi 1787, quando a reforma da administração pública foi total. Antes dessa mudança, a administração dependia apenas do intendente. A partir das mudanças implementadas, este passou a agir juntamente com a chamada assembleia provincial. Nas aldeias, as assembleias de paróquia foram substituídas pelo corpo municipal. Ou seja, além de as assembleias terem retirado o poder que o intendente tinha, transformaram-no em seu funcionário.

Um dos pecados, como diz Tocqueville, cometidos por essa nova administração foi o excesso de atividade e de autoconfiança ou então a lentidão dos processos. A distinção dos impostos estava mais evidente, a estrutura social sofreu modificações, as classes entraram em conflito, as assembleias municipais da paróquia se recusavam a receber seu senhor.

Mesmo com a revolução de 1789, a constituição administrativa francesa permaneceu de pé em meio às ruínas das constituições políticas, já que manteve sua rotina cotidiana. Entretanto, com a deflagração da Revolução, uma parte do governo sofreu uma grande transformação: os agentes administrativos mudaram, renovando suas ações.

Se a semelhança entre a ordem do Antigo Regime e aquela do período revolucionário era tão grande, o que teria levado o antigo regime ao seu fim? De acordo com Tocqueville, os fatores primordiais para essa queda foram a destruição da liberdade política e a separação das classes.

Na França do século XVIII, era os ricos que gozavam de isenção de impostos, o que foi mantido como um consolo pelo fato de os ricos terem perdido o governo. Tocqueville

considera que a raiz desses problemas está no fato de que a imposição ao povo de um imposto geral foi dada ao bel prazer do rei. O rei não poderia atingir os nobres, seus rivais políticos. Então, utilizou a talha que, com o passar dos anos, ia se tornando cada vez mais ampla, cobrando dos pobres cada vez mais e separando as classes indistintamente.

“A divisão das classes foi o crime da antiga realeza e tornou-se mais tarde sua desculpa, pois, quando todos aqueles que formam a parte mais rica e lúcida da nação não conseguem mais entender-se e ajudar-se mutuamente no governo, é quase impossível administrar o país e torna-se necessária a intervenção de um soberano” (TOCQUEVILLE, 1979:115).

Além de ter separado as classes, o Antigo Regime privou o povo de sua liberdade total. Havia liberdade sim, sobretudo se comparado com o período pós-revolucionário. Entretanto, a liberdade garantida pelo Antigo Regime era uma liberdade irregular e intermitente, já que estava diretamente relacionada aos limites de classe, nunca garantindo a todos os cidadãos as mesmas garantias.

Uma importante análise feita por Tocqueville foi a comparação da Revolução Francesa com uma revolução religiosa. Como esta, a Revolução Francesa não se restringiu a apenas um país, refletindo seus efeitos para além das fronteiras francesas. Um claro exemplo disso foi a maneira como a Revolução Francesa se propagava que, de acordo com o autor, era “Uma revolução política que se prega com o mesmo ardor e a mesma paixão aos estrangeiros quanto em casa.” (TOCQUEVILLE, 1979:57).

Ou seja, por buscar questionar e estipular as relações dos homens entre si e com Deus e suas regras de conduta, as revoluções religiosas se veem alicerçadas em regras ou instituições que podem ser aplicadas a todos, sem importar a nacionalidade. Assim o fez a Revolução Francesa: considerou o homem de uma maneira geral, não levando em conta a sociedade na qual se encontrava.

Todas essas características deram, segundo Tocqueville, um caráter único à Revolução Francesa, já que a mesma parecia buscar mais uma revolução do homem do que a reforma da França.

CONCLUSÃO: CONTINUIDADE OU RUPTURA?

“Na mesma época em que Michelet concebeu a mais penetrante das histórias da Revolução já escritas sob o modo da identidade – uma história sem conceitos, feita de achados do coração, marcada por uma

espécie de adivinhação das almas e dos atores – Tocqueville imagina, e ele foi o único a tê-la imaginado assim, a mesma história, sob o modo inverso da interpretação sociológica [...] Michelet faz a Revolução reviver a partir do seu interior, Michelet comunga, comemora, enquanto Tocqueville não cessa de interrogar a distância que ele supõe existir entre as intenções dos atores e o papel histórico que eles desempenharam” (FURET, 1989; 28).

Ao longo dos anos a escrita histórica sofreu diversas modificações e descobertas. A partir do século XIX, mais especificamente na França, a escrita histórica teve novos impulsos: Jules Michelet e Aléxis de Tocqueville.

Uma importante característica da obra de Tocqueville é o fato de o autor dar grande destaque à democracia em sua obra. Para ele, a democracia está baseada na igualdade de condições, onde está ausente a diferença entre classes, ou seja, para que exista a democracia em uma sociedade, a igualdade social é algo fundamental. De acordo com Raymond Aron, filósofo e sociólogo francês,

“A tese de Tocqueville é então esta: a liberdade não pode se fundamentar na desigualdade; deve assentar-se sobre a realidade democrática da igualdade de condições, salvaguardada por instituições cujo modelo lhe parecia existir na América⁴” (ARON, 1982: 211).

A partir da citação acima, podemos perceber a relação intrínseca entre democracia e liberdade no pensamento tocqueviliano. Esse conceito foi criado por ele a partir do momento em que ele percebeu que estava vivendo um momento de transição histórica: a aristocracia entrava em decadência, sendo substituída por uma sociedade burguesa. Com isso, ele buscava dar a significação de governo do povo ao novo sistema político em questão. De acordo com Marcelo Gantus Jasmin, historiador e doutor em Ciência Política, Tocqueville utiliza o conceito “democracia” de duas diferentes maneiras:

“(...) o conceito foi utilizado em dois níveis (...) um histórico-empírico e outro teórico. Por um lado, a democracia serviu para nomear as sociedades históricas que ultrapassavam, por um ou outro caminho, as estruturas sociais herdadas do feudalismo (...). Por outro lado, o conceito ganhou o estatuto teórico de totalidade abstrata para significar um modelo de ordem social fundada sobre a premissa da igualdade” (JASMIN, 2005, p.41-42)

Tocqueville utiliza o conceito democracia para designar um tipo de ordem social que está baseada na igualdade. Apesar de não tê-lo definido exatamente, Tocqueville utilizou o artifício de oposição entre democracia e aristocracia, estados extremos e, por isso, polos opostos. Furet defende que para Tocqueville, “A “democracia” em *L’Ancien*

⁴Da *Democracia na América* (1835), livro de autoria de Tocqueville, aborda as características dos Estados Unidos da América no século XIX, exaltando suas virtudes e destacando seus defeitos.

Régime é menos um estado de sociedade que um estado de espírito” (FURRET, 1989:169).

Tocqueville não vê a revolução como uma ruptura na História. Na verdade, ela teria sido uma continuidade do Antigo Regime, ou seja, uma conclusão da obra da monarquia. Para Tocqueville, a Revolução Francesa só pode ser compreendida através da sua continuidade histórica. O autor acredita que as revoluções são consequências de conflitos internos que com o tempo, passam a se transformar em divergências intransponíveis entre aqueles que são privilegiados e aqueles estratos subprivilegiados da sociedade. O estopim de uma revolução está localizado no momento em que o processo de dominação passa a se movimentar no sentido inverso, ou seja, a partir do momento em que os menos privilegiados passam a ter seu destino modificado, com perspectivas de mudança:

“Tocqueville sugeriu [...] que para ele as grandes revoluções dos tempos modernos seriam aquelas que marcam a passagem do Antigo Regime para a democracia [...] a concepção que tem Tocqueville das revoluções é essencialmente política. É a resistência das instituições políticas do passado ao movimento democrático moderno que pode provocar, aqui e ali, uma explosão. Tocqueville acrescentava que esses tipos de revolução ocorrem não quando as coisas vão muito mal, mas, ao contrário, quando estão melhores” (ARON, 1982: p.227).

Tocqueville se destaca por trabalhar com a questão da democracia por seu objetivo. Além disso, como diz J.P.Mayer na introdução do livro de Tocqueville *O Antigo Regime e a Revolução*, o autor também se destaca por seu objetivo que era descobrir, por meio da história, como a Revolução Francesa se originou no Antigo Regime, reconstruindo o verdadeiro estado da velha sociedade francesa.

A história na sua coletividade é um dos marcos da historiografia de Michelet, e é neste contexto que ele rompe com o vínculo da história dos grandes homens e grandes acontecimentos, dando valor ao contato com a história do povo. Seu “método pessoal” inovador e ambíguo trouxe para o estudo da história a reflexão a partir de documentos, intercalando-os com sua própria imaginação. Seu contato com a história tendo em vista o povo como centro de estudo é explicado e influenciado pela sua experiência de vida, e sua infância pobre, presente em uma sociedade cheia de frivolidades aos com poder aquisitivo maior.

Michelet possuía um estilo de narrativa com as características de um romântico: sensível, detalhada, dramática, que procurava captar a essência da vida. É chamado por

alguns historiadores, como Jacques Le Goff, de ressuscitador, pois ressuscitava com toda paixão e emoção a história dos mortos, trazendo a vida suas intensas essências.

Constitui uma história com busca no entrelaçamento das classes. Baseado na busca do indivíduo nacional francês, representando o abandono da história dos grandes personagens, Michelet focava sua escrita na valorização do povo vinculado a nação.

“Apoiado na ressurreição integral do passado, Michelet foi historiador de um século no qual a identidade das sociedades dependia da pesquisa crítica de suas origens, pois era com base nessas origens que se procurava forjar, construir ou lapidar a imaginação nacional e a invenção política... Como intelectual Michelet reinventou o tempo e a História”. (SALIBA, 2003:373)

A Revolução Francesa para Michelet nada mais é que o amadurecimento do povo francês, após anos de sofrimento no período medieval, anos de inocência acreditando em um regime que só privilegiava o poder e a nobreza. A revolução foi a independência de uma sociedade “amarrada” a pobreza durante séculos. A queda da Bastilha para Michelet representa o povo rompendo com uma sociedade arcaica, com séculos de pobreza e injustiças, é quando o povo rompe com o Antigo Regime e com os resquícios de uma sociedade feudal, quando conquistam a liberdade e passam a ter condições de lutar por uma vida mais justa. “O 14 de julho de 1789 deu-me a unanimidade de Paris. E o outro 14 de julho de 1790 vai me dar dentro em pouco a unanimidade da França.” (MICHELET, 1989: 308-309)

Para muitos, Michelet é extremamente romântico, e com isso, acaba não abordando aspectos políticos da revolução. Por outro lado, Tocqueville dedica sua análise a aspectos estritamente políticos, não dando grande ênfase à participação popular na revolução. Durante o trabalho, percebemos que as análises feitas por ambos os autores diferem sim em alguns pontos, mas não podemos caracterizá-las como completamente rivais. Tocqueville nos oferece uma história interpretativa, enquanto Michelet nos mostra a história de uma revolução. Tocqueville nos mostra a aristocracia, a continuidade, enquanto Michelet nos mostra o povo, a ruptura com o mundo feudal. Este trabalho buscou mostrar a validade e importância de ambos para a historiografia, cada um a seu modo: Michelet restaurando os atores, acasos e fatalidades da revolução e Tocqueville com sua curiosidade histórica e sua sensibilidade em relação ao presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Lisboa: Dom Quixote, 1967.
- BURKE, Peter. *Vico*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- FONTANA, Josep. *A história dos homens*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GERARD, Alice. *A Revolução Francesa: mitos e interpretações*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GUINZBURG, Jaime. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Aléxis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- SALIBA, Elias Thomé. Michelet: as múltiplas faces de um reinventor da história. In: LOPES, Marcos Antônio (org). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da Queda da Bastilha à Festa da Federação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- TOCQUEVILLE, A. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Editora UNB, 1979.
- _____. *Da democracia na América*. Porto: Rés, s/d.
- VOUVELE, Michel. *A Revolução Francesa e seu eco*. Texto apresentado no "7º Congresso Internacional das Luzes", em Budapeste, no período de 26 de julho a 2 de agosto de 1987. Traduzido por Magda Sento Sé Fonseca. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 12 ago. 2008.